

O Curso de Visitadoras Sanitárias em Portugal 1929-1952

The Visitor Health Course in Portugal 1929-1952

ELISA MARIA BERNARDO GARCIA

Professora Coordenadora, aposentada, da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Doutoranda em Enfermagem MSc, RN

JOSÉ AMENDOEIRA

Professor Coordenador na Escola Superior de Saúde de Santarém, PhD, MSc, RN

O presente artigo tem por base um estudo em curso sobre a história do ensino de enfermagem no âmbito do Doutoramento em Enfermagem no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa e resulta de uma comunicação apresentada no I Simpósio Internacional de História de Enfermagem em Maio de 2013¹.

Pretendemos contribuir para a discussão sobre a formação dos enfermeiros no campo da saúde pública através da análise dos primeiros planos curriculares emergentes do ensino sanitário e para o conhecimento da história de enfermagem.

Recorreu-se à metodologia de investigação histórica, com orientação heurística e recurso à análise documental, abrangendo a criação e organização do curso de visitadoras sanitárias.

Constatou-se que o curso estava inserido no Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge (Faria, 1934). Foi criado em 1929 no Posto de Proteção à Infância e pretendeu responder à criação de um corpo de enfermeiras de visita previsto na reforma de 1926 proposta pelo Professor Ricardo Jorge (ISHRJ, 1953). A partir de 1931 funcionou nos termos do Decreto-lei nº20376 e habilitava para o exercício nos postos de proteção á infância, dispensários de higiene social e inspeção de epidemias (ISHRJ, 1946). Com a reforma de 1945 o curso passou a ter a duração de um ano escolar incluindo estágios com o mínimo de 4 meses. O plano foi ajustado levando a um saber construído no campo da prática da saúde pública centrada na medicina preventiva e social (ISHRJ, 1953). Em 1952 o curso foi revogado com a reforma do ensino de enfermagem. Considera-se que o curso constituiu um marco significativo para a enfermagem de saúde pública pelo reconhecimento do papel desempenhado pelas visitadoras junto da população na conjuntura política e sanitária da época.

Palavras-chave: Ensino Sanitário, Visitadoras Sanitárias, Saúde Pública, Enfermagem, História de Enfermagem.

¹ I Simpósio Internacional de História de Enfermagem "Investigação em história de enfermagem: percursos e desafios". ANHE. Lisboa/Portugal-2013

This article is based on an ongoing study on the history of nursing education, under the PhD in Nursing at the Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa and results from a paper presented at the First International Symposium on Nursing History, May 2013¹. We aim to contribute to the discussion about the education of public health nurses through the analysis of emerging early curricula and to have a say on the knowledge of nursing history. We used historical research methodology, with heuristic orientation, and document analysis encompassing the conception and organisation of the health visitors' education. We observed that the training was held in the Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge (Faria, 1934). It was created in 1929 in the "Posto de Proteção à infância" as a response to idea of the creation of the visitor nurses corps, as foreseen in the reform proposal of Professor Ricardo Jorge (ISHRJ, 1953), in 1926. From 1931 it worked under the Decreto-Lei n.º. 20376 and it allowed for practice on the Postos de Proteção à infância, social hygiene and epidemiological surveillance dispensaries (ISHRJ, 1946). With the reform of 1945 the course duration became one academic year, including internships with a minimum of 4 months. The curriculum was adjusted leading to a knowledge based in the field of public health practice focused on preventive and social medicine (ISHRJ, 1953). In 1952 this training was withdrawn from the nursing education. It is considered that this training is a significant milestone for public health nursing because of the role the visitors played among the population, with the political and health situation at the time in mind.

Keywords: Health education, health visitor, public health, nursing, history of nursing

INTRODUÇÃO

Pensar o legado histórico que antecede o ensino de enfermagem de saúde pública é fundamental para desenvolver o conhecimento sobre o mesmo. Neste sentido, apresenta-se uma perspetiva histórica da criação e evolução do curso de visitadoras sanitárias no nosso país.

Foi no início do século XX, por influência do Dr. Ricardo Jorge eminente higienista, que surgiu um conjunto de disposições legislativas orientadoras da organização sanitária onde se destaca a promulgação em 1901 do Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública que deu corpo ao Instituto Central de Higiene, que tinha sido criado em 28 de Dezembro de 1899 para "o fomento científico e pratico da sanidade nacional" (Ministério do Reino, (MR) 1902, p.8). A importância de uma Escola de Higiene Pública e o ensino sanitário surgiu pela necessidade de "ter uma escola pratica de applicação onde se exerça o tirocinio da hygiene publica em tudo quanto dependa de adestramento technico, é fomentar a competencia progressiva do corpo de saude, desde o seu pessoal mais subalterno aos seus dirigentes superiores" (Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge (ISHRJ), 1947,p.20).

¹ First International Symposium the History of Nursing "Research in nursing history: pathways and challenges" ANHE. Lisboa/Portugal-2013

O ensino sanitário era assente em lições de aplicação, demonstração, visitas, exercícios e trabalhos práticos de modo a conferir o conhecimento e o adestramento indispensáveis para o pleno exercício dos serviços de saúde (MR, 1902).

A criação do “Office Internacional d’Hygiène Publique”, em Dezembro em 1907 onde Ricardo Jorge teve assento, os conhecimentos epidemiológicos, a Convenção Sanitária Internacional assinada em Paris em 21 de Junho de 1926 ratificada pelo governo português para que se adequasse a organização e a prática de saúde pública (Decreto nº 18950 de 1930), orientaram e influenciaram a legislação sanitária que levou à reforma de 1926 proposta por Ricardo Jorge. Este novo enquadramento legislativo revigorou a saúde pública e anunciou “a criação de um corpo de enfermeiras de visita” previsto no Decreto-Lei nº 12477 de 1926. A nova reorganização dos serviços de saúde pública e respetivas competências levaram à criação do Parque Sanitário de Lisboa conforme o Decreto-lei nº 14433 de 1927, dos dispensários de higiene social e postos de proteção á infância em Lisboa e no Porto (Decreto – lei 14803 de 1927). Estas instituições pretenderam responder aos grandes problemas de saúde como a mortalidade materna, infantil, partos sem assistência, falta de higiene individual, familiar, ambiental, tuberculose, consumo de álcool, doenças venéreas e doenças infecto-contagiosas.

Neste contexto, a partir de 1929 a Direção Geral de Saúde e o Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge investiram na formação das visitadoras sanitárias proporcionando-lhes um espaço de desenvolvimento no seio do ensino sanitário.

Com esta comunicação pretende-se contribuir para a discussão sobre a formação dos enfermeiros no campo da saúde pública através da análise dos primeiros planos curriculares emergentes do ensino sanitário, bem como, contribuir para o conhecimento da história de enfermagem.

METODOLOGIA

Recorreu-se à metodologia de investigação histórica privilegiando a vertente heurística, “cuja função primordial” foi a de promover a identificação e junção das fontes primárias e secundárias necessárias (Delgado, 2002, p.212), disponíveis no arquivo histórico do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, abarcando a criação e organização do curso tendo como referencia a legislação e o ensino sanitário. Depois de localizados, os documentos foram selecionados e arquivados em pastas utilizando como critério a fonte, a cronologia e a sua trajetória. Esta perspectiva permitiu-nos obter o máximo de informação relacionada com o curso de visitadoras sanitárias e garantiu-nos a lógica e o rumo da pesquisa histórica.

Os documentos foram sujeitos à crítica interna e externa e situados num espaço e tempo determinado verificando a sua proveniência, autenticidade e a constatação do teor dos dados fornecidos pelos mesmos.

Após a caracterização das fontes procedeu-se à análise documental (Mattoso, 1997), que nos proporcionou informações para a síntese do curso desde a sua génese, em 1929, ao seu término em 1952; assim como, efetuar a análise do plano curricular, a orientação da sua formação e condições de admissão ao curso considerando o friso cronológico em que ocorreu.

Utilizaram-se algumas transcrições com ortografia e sintaxe originais para manter o sentido do discurso.

RESULTADOS

Constatou-se que foi com base no Decreto-Lei nº 12477 de 1926 que foi criado, por proposta do Diretor Geral de Saúde Dr. José Alberto de Faria, o curso de visitadoras sanitárias (ISHRJ, 1947). Para o autor desta proposta uma organização de higiene social não devia dispensar os serviços da enfermeira visitadora. Assim, a preparação de visitadoras sanitárias era uma medida aplicada provisoriamente e deveria ser dispensada quando fosse possível a sua substituição por enfermeiras polivalentes, diplomadas por uma escola reconhecida de enfermeiras de higiene num estabelecimento polivalente (Faria, 1934 p.380). Nessa perspectiva, funcionou no Posto de Proteção à Infância, a título experimental, de Abril a Junho de 1929, o primeiro curso de visitadoras sanitárias sob a direção do Dr. António Pina de Oliveira, Professor do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge (ISHRJ, 1947). O Posto de Proteção à Infância possuía uma secção de puericultura, de higiene e uma de higiene pré-natal, pelo que o ensino incidiu essencialmente na higiene pré-natal, higiene alimentar, infantil e puericultura. O curso foi repetido em 1930 seguindo a orientação do anterior (ISHRJ, 1946). O recrutamento das candidatas fazia-se por concurso anunciado nos jornais diários da época e a seleção era realizada por uma comissão nomeada pela Direção Geral de Saúde, a qual determinava o número de admissões ao curso, assim como, atestava as qualidades morais, intelectuais e condições de saúde das requerentes para o exercício da profissão (Faria, 1934 p.151).

O curso, a partir de 1931, foi inserido no Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge tendo como Diretor e organizador o Dr. Carlos de Arruda Furtado também responsável pelo Curso de Medicina Sanitária (ISHRJ, 1946) e passou a funcionar nos termos do seu regulamento conforme o Decreto-lei nº20376, de 1931.

O curso passou a ter a duração de seis meses, destinava-se a candidatas com idades compreendidas entre os 18 a 35 anos, saudáveis, detentoras de boas informações de ordem moral e sujeitas a exame de admissão com provas escritas demonstrativas das habilitações literárias não excedentes às do exame de instrução primária do 2º grau. Habilitava para o exercício nos postos de proteção à infância, dispensários de higiene social e inspeção de epidemias.

Ao longo dos anos, os cursos integrados no ensino sanitário do Instituto Central de Higiene, dependente da Direção Geral de Saúde, em concordância com a figura seguinte, foram aperfeiçoados conforme os ensinamentos da experiência e sobretudo por iniciativa do Dr. Arruda Furtado.

Verificou-se que a partir de 1946 por influência da reforma da assistência social (Decreto. lei nº 35108, 1945) existiu um aperfeiçoamento do ensino sanitário. Neste sentido, foi aprovado um novo regulamento para o curso de visitadoras sanitárias por despacho do Sub-secretário de Estado da Assistência Social.

Este regulamento veio reformular o plano de curso com programas orientados para intensificar mais os estudos das disciplinas, as práticas e as visitas de estudo, de modo a preparar melhor as alunas para responderem ao novo enquadramento legislativo, passando a exigir às candidatas o 2º ciclo dos liceus ou equivalente legal e idade entre os 18 a 35 anos.

O curso passou a ter um ano escolar com o mínimo de 4 meses de estágio. Foi aumentado o número de aulas teóricas e de aulas práticas incluindo 22 sessões de estudo e 27 visitas de estudo (ISHRJ, 1947 p. 464). Também foram introduzidas novas disciplinas

e programas (ISHRJ, 1947) entre elas, a disciplina de Noções Elementares de Enfermagem, que apresentamos a seguir, com 10 lições teóricas e 20 práticas, lecionada por enfermeiras nomeadamente Beatriz Mello Correia (ISHRJ, 1949,p.80) e Graça Morais (ISHRJ, 1950, p.436).

No ano de 1947 foi introduzida a disciplina de Organização da Assistência Social com princípios sociológicos, jurídicos e críticos orientados num sentido essencialmente prático (ISHRJ, 1948, p.459).

Plano e Professores do Curso

Deontologia. Economia Doméstica.

D. Maria Leonor Botelho e D. Adriana Rodrigues
12 lições teóricas — 6 práticas

Higiene Geral.

Dr. Américo Cortez Pinto
12 teóricas — 6 práticas

Higiene Pré-natal e Puericultura.

Dr. Francisco Fernandes Homem
12 teóricas — 6 práticas

Higiene Alimentar.

Dr.^a D. Maria José Arrobas
12 teóricas — 8 práticas

Bacteriologia e Parasitologia.

Dr.^a D. Helena Ávila
10 teóricas — 10 práticas

Epidemiologia e profilaxia das doenças transmissíveis.

Dr. António de Carvalho Dias
10 teóricas — 20 práticas

Flagelos sociais. Profilaxia social. Assistência social.

Dr. Fernando Correia
10 teóricas — 10 visitas

Administração Sanitária.

Dr. Carlos de Arruda Furtado
10 teóricas — 10 práticas — 5 visitas

Princípios de sociologia. Diagnóstico social e serviço social

Dr.^a D. Helena Ávila
12 teóricas — 12 visitas

Noções Elementares de Enfermagem

D. Madalena Lopes Taveira
10 teóricas — 20 práticas

Figura 3 - Plano e Professores do Curso – 1947. Fonte - Instituto de Higiene Doutor Ricardo Jorge - Curso de Visitadoras Sanitárias Boletim Vol. II 1947 p.160.

O Curso foi sempre regido por professores do Instituto (ISHRJ, 1953,p.76-77). No entanto, para os aspetos relacionados com determinadas áreas disciplinares nomeadamente, com a saúde materna e a higiene alimentar eram procurados professores fora da instituição (Faria 1934, p. 342), assim como, Enfermeiras e Assistentes Sociais (ISHRJ, 1953,p. -77) e em concordância com a figura seguinte.

Verificou-se que as alterações ao plano inicial pretenderam tornar mais prático o ensino da epidemiologia e a profilaxia das doenças transmissíveis, os princípios da sociologia e diagnóstico social a que se juntou o serviço social. Era sustentado pelo Diretor Geral de Saúde que o ensino sanitário devia estar ligado ao ensino de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos assim como a um ou mais centros de demonstração sanitária. (Faria, 1934,p. 391). Seguindo esta orientação, os estágios das alunas eram realizados no Centro de Saúde de Lisboa, no Parque Sanitário, no Dispensário de Alcântara, no Hospital Escolar de Santa Marta, Centro Social de Cascais, Posto de Proteção à Infância e Instituto Maternal, entre outros. As alunas apresentavam relatórios referentes às atividades relacionadas com a sua aprendizagem nos estágios.

Também as visitas de estudo eram repartidas por instituições dependentes dos serviços sociais, de assistência ou instituições de medicina social. Nessas visitas as alunas estavam acompanhadas pelos professores do curso e apresentavam relatórios sobre as mesmas. Para complemento dos estudos, além dos laboratórios e dos serviços sanitários da cidade, as alunas dispunham do museu de higiene e da biblioteca do Instituto (Faria 1934,p.292).

As classificações obtidas às disciplinas eram influenciadas pelos exercícios de frequências realizados durante o ano e pelo exame final. No final do curso as alunas eram sujeitas a exames finais com provas escritas e orais perante um júri constituído por vários professores do curso e a Direção Geral de Saúde selecionava as mais classificadas para admissão nos seus quadros de pessoal (Faria, 1934, p. 152).

Verificou-se também a preocupação com a formação das visitadoras sanitárias em exercício, ao frequentarem cursos complementares, ou estágios de formação especial e adequada em certos assuntos restritos quando tinham que trabalhar em serviços mais específicos como a saúde escolar, higiene alimentar, higiene industrial e higiene mental, entre outros, (ISHRJ, 1953 p.72).

Constatou-se que ao longo dos anos existiu um aumento progressivo do número de candidatas ao curso e que até 1952 foram realizados no total 12 cursos e diplomaram-se 553 visitadoras sanitárias com uma formação essencialmente vocacionada para a prevenção das doenças, puericultura e luta contra as doenças infecto-contagiosas (ISHRJ, 1953 p.72).

A matriz disciplinar do curso evidenciava a importância social da medicina preventiva e da saúde pública dado que a formação compreendia a parte sanitária geral da luta contra as doenças infecciosas, a profilaxia geral, a epidemiologia, o estudo do meio social e noções básicas de enfermagem consideradas essenciais para fornecer às alunas a orientação necessária para o seu trabalho com a população.

De acordo com as disposições do artigo nº 12 do Decreto-lei nº 38884 de 28 de Agosto de 1952 o curso de visitadoras sanitárias foi extinto. Este decreto introduziu importantes alterações no ensino de enfermagem. No seu preâmbulo é mencionada a inutilidade de dois tipos de trabalhadoras sociais de formação diversa: as visitadoras sanitárias e as auxiliares sociais. Assim, são reduzidos os dois cursos apenas a um sendo

criado o curso de auxiliares sociais com a duração de dois anos e um estágio de seis meses.

Salienta-se no decreto a ausência de referências à evolução e duração de 12 meses do curso de visitadoras sanitárias em 1952, remetendo todas as considerações exclusivamente para o regulamento inicial do curso com 6 meses de duração (Decreto – lei 20376,1931).

Em 1953, o relatório referente ao último curso, elaborado pelo Dr. Fernando da Silva Correia realça a importância do curso de visitadoras sanitárias destacando a relevância para a saúde pública dos seus relatórios, palestras, inquéritos e inúmeros dados existentes em arquivos esquecidos, assim como, os subsídios preciosos para futuros estudos deixados por estas profissionais (ISHRJ, 1953p.76).

CONCLUSÃO

O curso de visitadoras sanitárias em Portugal surgiu, inspirado em modelos de outros países sobretudo guiado pelos princípios que orientavam a formação das visitadoras de higiene do Queen Victoria Jubilee Institut for Nurses, para dar resposta aos serviços de saúde e higiene cuja reorganização criou novas categorias de pessoal, nomeadamente, as enfermeiras de visita, para o desenvolvimento da profilaxia e salubridade no meio sanitário nacional e determinava impreterivelmente a sua preparação específica nessas áreas.

É no decorrer da sua trajetória entre 1929 a 1952 que o curso se foi adaptando aos avanços na saúde e às mudanças sociais levando as visitadoras sanitárias a um saber construído no campo das práticas da saúde pública da época centradas na medicina preventiva e social.

A criação deste curso, a evolução da formação das visitadoras ao longo dos anos para o desempenho de um papel social e educativo da saúde da família e de cada um dos seus membros, assim como, o estabelecer da afinidade entre os serviços sanitários e o público, constituiu um marco significativo para a enfermagem de saúde pública pelo seu reconhecimento, junto da população, na conjuntura política e sanitária da época.

Salienta-se a génese deste curso na escola de medicina sanitária, legitimada socialmente para aquisição desses saberes, inicialmente destinada a médicos e engenheiros para admissão aos seus cargos públicos, e a natureza do seu plano curricular pioneiro na preparação de profissionais para o trabalho em contexto comunitário.

BIBLIOGRAFIA

Decreto-Lei nº 38.884. *Diário do Governo I Serie*, Nº 190 (1952-8-28), 875-878.

Decreto-Lei nº 35.108. *Diário do Governo I Serie*, Nº 247 (1945-11-7), 899-922.

Decreto-Lei nº 20.376. *Diário do Governo I Serie*, Nº 235 (1931-10-12), 2215-2216.

Decreto-Lei nº 18.950. *Diário do Governo I Serie*, Nº 246 (1930-9-30), 2148.

Decreto-Lei nº 14. 433. *Diário do Governo I Serie*, Nº 230 (1927-'10 -18) 1995-1997.

-
- Decreto-Lei nº 14. 803. *Diário do Governo I Serie*, Nº 290 (1927-12-30), 2447-2448.
- Decreto-Lei nº12476. *Diário do Governo I Serie*, Nº 227 (1926-10-12), 1519-1530.
- Delgado, j. R. (2002)-Presupuestos básicos para la investigación histórico educativa. *XXI Revista de Educacion*, Universidade de Huelva (4), 203-216.
- Faria, J. A. (1934) - *Administração Sanitária*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge (1953) *Boletim*. Vol. VIII. Lisboa: Autor
- Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge (1952) *Boletim*. Vol. VII. Lisboa: Autor
- Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge (1950) *Boletim*. Vol. Lisboa: Autor
- Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge (1948) *Boletim*. Vol. III. Lisboa: Autor
- Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge (1947) *Boletim*. Vol. Lisboa: Autor
- Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge (1946) *Boletim*. Vol. I. Lisboa: Autor
- Mattoso, J. (1997) -A Escrita da História: Teorias e métodos. Lisboa: Editorial Estampa
- Ministério do Reino (1902) - *Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Publica de 24 de Dezembro de 1901*.Lisboa: Boletim dos Serviços Sanitários do Reino, ANNO 1902-Nº1. Imprensa Nacional.

Contacto: elisa.bernardogarcia@gmail.com